

1

Introdução

Durante mais de sessenta anos, unir as palavras Nietzsche e Política na mesma sentença significava arriscar-se num emaranhado de contradições e desacordos, sob pena até de perder o rumo. E, de fato, à primeira vista, não existe a menor razão para considerar a filosofia de Nietzsche de um ponto de vista político, em virtude sobretudo de seus elogios à escravidão¹ e a um individualismo estético que despreza o caráter mediador e humanitário da política moderna. Sob esta perspectiva, a apropriação nazista de Bäumler² seria a mera instrumentalização de um conteúdo marcado por referências explícitas à guerra, à escravidão e à violência. Interpretando a política em Nietzsche à contra-luz da filosofia política moderna e dos valores do iluminismo, se chega à mesma conclusão: “conservadorismo neoaristocrático”³, “voluntarista e idealista”⁴ e “neo-conservador”⁵ foram rótulos utilizados por alguns de seus comentadores ao tratarem do tema. O pensamento de Nietzsche, sob esses dois pontos de vista, é, irremediavelmente, anti-político.

Atualmente, um modesto, mas crescente interesse nos aspectos políticos da filosofia de Nietzsche, especialmente no que diz respeito à “grande política”, ganha espaço no mundo acadêmico. O fim das utopias, as guerras, a crise da representação, a mercantilização do valor da vida, entre outros elementos, encaminham a política mundial para um impasse aparentemente insolúvel. É natural, portanto, que em momentos de turbulência aumente o interesse por pensadores que seguiram na contramão do processo. A maior contribuição para a renovação deste interesse foi certamente a edição crítica de Giorgio Colli e Mazzino Montinari, cujo inestimável trabalho histórico-filológico promoveu, entre outros, o tema da “grande política”. Através do trabalho de Colli e Montinari, pudemos ter

¹ ABM, 242.

² Montinari. “Nietzsche between Alfred Bäumler e Georg Lukács. In.: *Reading Nietzsche*, p. 141-169.

³ Warren, Mark, *Nietzsche and the political thought*, p. 211.

⁴ Ansell-Pearson, Keith. *Nietzsche como pensador político: uma introdução*, p. 174.

⁵ Ferry, Luc. “La critique nietzschéenne de la démocratie”, In.: *Histoire de la Philosophie Politique (vol. 4), Les Critiques de la Modernité Politique*, p. 373-74.

acesso a um determinado grupo de fragmentos póstumos e inéditos, escritos entre o final de 1888 e o início de 1889⁶, nos quais a “grande política” desempenha um papel central. Esses fragmentos constituiriam um panfleto jamais publicado por Nietzsche, *Kriegserklärung* (“Declaração de guerra”)⁷, em que o filósofo anuncia que deseja “criar um partido da vida, forte o suficiente para a ‘grande política’” no sentido de “elevar a humanidade como um todo.”⁸ Como resposta ao contexto político europeu, especialmente o alemão, tomado pelo nacionalismo e pelo ódio racial, Nietzsche desenvolve a “grande política” rigorosamente como contra-discurso. Não é à toa que ele declara “guerra de morte”⁹ ao príncipe Bismarck (“o estúpido *par excellence* entre todos os homens de estado”¹⁰), à casa dos Hohenzollern e a Frederico III, nomes centrais na política alemã da década de oitenta.

Entretanto, dada a urgência de sua tarefa, os textos concernentes à *Kriegserklärung* por vezes adquirem contornos bélicos, violentos e, sobretudo, anti-humanitários — por exemplo, quando sugere a castidade entre os casos de doenças crônicas e neurastenia, como forma de controle da debilidade, “para dar um fim a tudo o que é degenerado e parasitário.”¹¹ Entretanto, devemos observar que esta acepção da “grande política” compreende a aplicação da expressão nos póstumos inéditos a que nos referimos acima. A expressão não surge com a edição de Colli e Montinari. Já em *Humano, demasiado humano* (1878) e *Aurora* (1881) aparece como “necessidade do desenvolvimento do poder”¹²; em 1886 e 1887, reaparece respectivamente em *Além do Bem e do Mal* e *Genealogia da moral*, em oposição à chamada “pequena política” (*kleine Politik*).¹³ A expressão traça um percurso próprio na obra de Nietzsche, seguindo de perto as mudanças e

⁶ Colli, Giorgio, KSA 13, p. 668: “Contudo, o que admira realmente é que há apenas um diminuto número de textos realmente patológicos. Trata-se apenas de uns poucos registros da ‘grande política’, nos quais é declarada uma radical ‘guerra de morte’. Em outras palavras, *quase* ao mesmo tempo em que Nietzsche mergulha no delírio [Verstand verliert], ele interrompe também sua produção literária.” Trad. Jorge Viesenteiner.

⁷ O.P.C. (XIV), p. 377-385; KSA 13, 25[1], 25[6], 25[11], 25[13], 25[14], 25 [15], 25 [16], 25 [18] e 25 [19].

⁸ O.P.C. (XIV), p. 378; KSA 13 25 [1].

⁹ Idem.

¹⁰ O.P.C. (XIV), p. 382; KSA 13 25 [13].

¹¹ O.P.C. (XIV), p. 378; KSA 13 25 [1].

¹² A, 189.

¹³ ABM, 208, 241, 254; GM, 8.

correções de rumo que marcam o projeto crítico. Através da reconstituição de sua trajetória, percebemos o quanto a “grande política” deve ao projeto crítico, tal como Nietzsche o concebeu. Quero dizer: o processo de constituição da “grande política”, longe de se configurar como mera referência lateral, acompanha o desenvolvimento da crítica dos valores morais, problema central na obra de Nietzsche.

Para tanto, oferecemos uma hipótese geral: uma análise conseqüente da “grande política” deve partir da crítica dos valores morais e de seus componentes, e não dos valores característicos da experiência e do aporte crítico da modernidade política. Acreditamos que boa parte dos mal-entendidos em relação à política em Nietzsche, decorrem de um tipo de interpretação que persiste em avaliar seu pensamento a partir de valores que ele mesmo se propôs explicitamente a pôr em xeque. Assim, no primeiro capítulo buscamos realizar uma análise da crítica dos valores morais em relação à perspectiva política de Nietzsche. Não para cotejar seu pensamento com o pensamento político da época, mas para indicar os pressupostos que, mais tarde, fornecerão as bases da “grande política.” A análise da “grande política” é, portanto, inseparável de uma análise da crítica, tal como Nietzsche a compreendia. Assim, temas como os dísticos moral/valores e niilismo/*décadence*, bem como a distinção entre o conceito de crítica em Nietzsche e Kant, serão analisados de forma a situar a peculiaridade da crítica dos valores morais, seus princípios e conseqüências.

Esta crítica, no entanto, não se resume a uma iconoclastia cega, a partir da qual o filósofo passa a desarticular sem cessar os valores sobre os quais se apóiam os homens; ao contrário, “ela mesma requer algo mais — ela exige que ele crie valores.”¹⁴ De forma que, mesmo esparsos em seus escritos, mesmo que de forma assistemática e arbitrária, a crítica dos valores traz, não somente um diagnóstico sobre a situação moral e cultural do ocidente, como também uma concepção do ser e da existência bastante divergente das concepções predominantes, características da modernidade política. Compreendendo que a filosofia política moderna, seguindo o legado de Hobbes e Rousseau, se orientava sobre bases metafísicas, a

¹⁴ ABM, 211.

"grande política", por sua vez, deveria necessariamente deflagrar-se no questionamento das estruturas conceituais erigidas pelo humanismo metafísico. É, portanto, como contra-discurso, absolutamente despojado de princípios metafísicos, que se apresentará tanto a crítica dos valores, como seu produto, a "grande política." Naturalmente, deve-se perguntar sobre a validade desta afirmação, visto a notória guerra de Nietzsche contra metafísica. Portanto, nossa hipótese no capítulo dois é a de que não só há uma ontologia em Nietzsche, como também ela é fundamental na compreensão da crítica dos valores morais. Se é verdade, como afirma Pierre Boudot, que Nietzsche "confiou uma nova linguagem à ontologia"¹⁵, supomos que a análise desta linguagem viabiliza um acesso diferenciado à crítica dos valores e à urgência aparentemente despropositada da "grande política". Indispensáveis, também, uma discussão com Heidegger acerca de sua concepção metafísica do pensamento de Nietzsche, e uma análise do eterno retorno do mesmo e da vontade de poder sob um ponto de vista das pesquisas histórico-filológicas, trazidas por comentadores como Paolo D'Iorio, Henning Ottmann, entre outros.

Considerando as duas primeiras hipóteses, a "grande política" representa uma declaração de guerra (*Kriegserklärung*) contra a "pequena política", em favor da cultura e da desestabilização do "rebanho autônomo". No capítulo três, analisaremos a "grande política" sob três aspectos. A "grande política" oriunda do período de 1878 até 1881, que conserva como característica principal a oscilação de sentido, ora representando um diagnóstico acerca da situação européia, ora vinculando a prática política à produção dos valores morais. Depois, o período que vai de 1886 a 1888, em que as oscilações da "grande política" ocorrem em relação a um conceito fundamental na obra de Nietzsche: a vontade de poder. E, por último, uma análise da relação entre crítica, fisiologia e cultura na última forma da "grande política", presente nos fragmentos póstumos *Kriegserklärung* ("Declaração de guerra").

Na medida em que nos servimos de uma série de textos problemáticos quanto à questão editorial, mas retirados indiretamente do

¹⁵ Boudot, Pierre. *L'Ontologie de Nietzsche*. Paris: P.U.F., 1971, p. 7.

francês, algumas advertências se fazem necessárias. Em relação aos fragmentos póstumos, busquei sempre indicar a referência na *Kritische Studienausgabe*, organizada por Giorgio Colli eazzino Montinari. As traduções dos trechos em alemão de Nietzsche foram realizadas por Jorge Viesenteiner, a quem desde já agradeço. Todas as demais traduções, inclusive as de Heidegger em alemão, foram realizadas por mim, vale dizer, com o auxílio do original, de edições digitais pouco confiáveis em inglês, francês e espanhol, além de um bom dicionário. Quanto à validade da utilização desses aforismos, a grande maioria deles foram retirados do caderno III M 1, redigido no verão de 1881, referente ao eterno retorno do mesmo, que, na opinião de Paolo D'Iorio, representa um dos raros exemplos onde se percebe que Nietzsche manteve os argumentos nos textos subsequentes. Quanto aos aforismos que, cotejados com outros, porventura revelem uma “contradição”, preferimos utilizá-los mesmo assim. É justamente o acesso a esses movimentos imprevisíveis do pensamento nietzscheano que atestam a importância fundamental da pesquisa de Colli e Montinari. Ela revela que Nietzsche não só exercitava o pensamento de forma a incorporar o caráter perspectivista da realidade, como também demonstra que muitos aspectos considerados como desatinos de sua filosofia, no fundo se configuravam como tomada de posição em relação a algum debate ou discussão de sua época. Como afirma Mazzino Montinari: “A solidão de Nietzsche era algo bem diferente de um bloqueio contra contemporâneos e livros de contemporâneos. Recuperar este meio-ambiente vivo e histórico é um pressuposto necessário para lê-lo corretamente.”¹⁶

¹⁶ Montinari, Mazzino. *Ler Nietzsche: O crepúsculo dos ídolos*, p. 86.